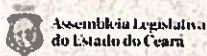
 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	<b>Diretoria Adjunta Operacional</b>	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	<b>Formulário da Qualidade</b>	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	<b>Comissões Técnicas Permanentes</b>	DATA REVISÃO:	
	<b>Ata de Audiência Pública</b>		

## **ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

Às treze horas e trinta minutos do dia três de maio de dois mil e dezenove, nos auditórios Deputados Almir Pinto e Abelardo Costa Lima do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, realizou-se a Audiência Pública para “Discutir a Proposição nº 13/2019, oriunda da Mensagem nº 8.3442, que institui o Piso Salarial do Advogado em exercício profissional no âmbito do Estado do Ceará.”. Presentes os senhores deputados Jeová Mota, Presidente da Comissão acima citada; Leonardo Araújo, autor do Requerimento e Marcos Sobreira. Presidiu a audiência o Deputado Jeová Mota, que abriu os trabalhos, e compôs a Mesa com as seguintes autoridades: Dr. José Erinaldo Dantas Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil OAB, Seção Ceará; Dr. Leonardo Leal, Diretor Acadêmico da Escola Superior de Advocacia - ESA, representando o Dr. Andrei Barbosa de Aguiar; Senhor Adriano Costa, representante do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA; Sr. Vítor Pedrosa, Vice-Presidente da Comissão do Acompanhamento Legislativo da OAB; Sra. Tânia Coutinho, Presidente da APAFECE; e Sr. Xavier Torres, Presidente da ARCE. O Senhor Presidente, Deputado Jeová Mota cumprimentou a todos e passou a palavra ao Dr. Leonardo Leal, que falou da necessidade de se estabelecer um piso mínimo remuneratório, pois os valores que têm sido pagos aos advogados jovens são muito diminutos e cada vez mais reduzidos; e acrescentou: essa profissão precisa ser valorizada e tratada com seu devido respeito. Aproveitou para registrar a presença do Dr. Sávio Sá, Coordenador do Núcleo de Empreendedorismo e Jovem Advocacia, área especialmente afetada por essa discussão do piso. Logo após esse pronunciamento, o deputado Jeová Mota passou a presidência da Audiência Pública ao autor do requerimento, Deputado Leonardo Araújo, que cumprimentou os presentes, afirmando que “esta Audiência é o pontapé inaugural de uma discussão que, há muito, a advocacia clama, mas que seja feita de forma, acima de tudo, responsável e comprometida com o social”. Parabenizou o governador Camilo Santana pela iniciativa de enviar a Mensagem em pauta à esta Casa Legislativa. Usando a palavra, a Sra. Tânia Coutinho, Presidente da APAFECE, declarou que muito tem lutado por essa remuneração digna dos advogados públicos da Administração Direta e indireta e dos Procuradores Autárquicos, e louvou a iniciativa do Governador do Estado do Ceará e dos deputados Leonardo Araújo e Marcos Sobreira. O Deputado Leonardo Araújo, declarando que o seu gabinete estará sempre aberto aos interesses da advocacia, sugeriu que, tendo em vista todos os presentes estarem de acordo com as proposituras enviadas pelo Governador Camilo Santana, as quais são de interesse da classe dos advogados, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR aprove as Emendas que dizem respeito à gradação dos valores, de acordo com a qualificação do advogado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, agradecendo a presença dos convidados, dos parlamentares e demais presentes, declarou encerrada a reunião. E, para constar,



	<b>Diretoria Adjunta Operacional</b>	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	<b>Formulário da Qualidade</b>	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	<b>Comissões Técnicas Permanentes</b>	DATA REVISÃO:	
	<b>Ata de Audiência Pública</b>		

Continuação da Ata da 2ª Audiência Pública da CTASP

eu, Jéssica Benevides, secretária da CTASP, lavrei a presente Ata que, após lida, será assinada pelo Presidente da Audiência Pública, Deputado Jeová Mota.

